

**BRASÍLIA-DF – 20/03/2018**

Conheça atrações da Vila Cidadã do 8º Fórum Mundial da Água



Instalada na área externa do Estádio Mané Garrincha, a Vila Cidadã oferece atividades interativas e sensoriais para quem for ao 8º Fórum Mundial da Água. A entrada é gratuita. O visitante pode se cadastrar no local ou pelo [site](#) do evento. A vila funcionará até o dia 23 de março, das 9h às 21h.

#### Estação Antártica

É uma réplica da Estação Antártica Comandante Ferraz. O visitante tem a chance de "ver e sentir" a neve e conhecer como vivem os cientistas no continente gelado.

#### Submarino

Na instalação, o visitante vai mergulhar ao fundo do mar para ter contato com a fauna e flora marinhas. A ideia é tirar o lixo do fundo do mar e não deixar os peixes comerem.

#### Museu do Amanhã

Um filme, produzido pela equipe do Museu do Amanhã a partir de fotos, mostra como o homem se apropriou do planeta e, ao fazer isso, modificou seu *habitat*.

#### Asa delta

Por meio de um simulador em realidade virtual, o público sobrevoa por vários pontos do país, como uma usina hidrelétrica, com a sensação do corpo em movimento e do vento batendo no rosto.

(EBC)

**Debatedores querem reforço da representação sindical e obrigatoriedade do imposto sindical**



*A regulamentação do direito de greve, o fortalecimento dos sindicatos e da representação coletiva e o retorno da contribuição sindical compulsória para filiados e não filiados. Estes foram os principais tópicos mencionados por representantes sindicais e estudiosos da legislação trabalhista durante audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), que trouxe sugestões para a elaboração do Estatuto, ocorrida nesta segunda-feira (19). Na Agência Senado*

À frente da elaboração do texto na CDHET, o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a Reforma Trabalhista feita em 2017, que, segundo ele, tem dispositivos que pretendiam modernizar, mas na verdade se mostraram retrocessos em direitos ao trabalhador, como a jornada intermitente.

Paim disse que a Lei 13.467/17 desmontou o movimento sindical, privilegiando as negociações individuais e diminuindo o poder de mediação das instituições que representavam a parte mais fraca da equação nas demissões.

“Estão varrendo o movimento sindical, e isso é um equívoco. Sinceramente, na verdade isso é uma burrice”, afirmou Paim.

#### Contribuição sindical

Todos os participantes da audiência compartilharam a visão de que a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) enfraqueceu os sindicatos, privilegiando as negociações individuais. Além da diluição do poder sindical, outro golpe aplicado contra essas instituições foi a retirada da contribuição sindical obrigatória pela Reforma Trabalhista, disseram os debatedores.

“Vivemos num país capitalista, onde sem dinheiro nada se faz. É importante que as entidades sindicalistas tenham dinheiro para que as lutas dos trabalhadores sejam efetivadas”, disse João Hilário Valentim, procurador regional do Trabalho.

Ele sugeriu que o tributo volte a ser compulsório, mas com o “direito de oposição” exercido posteriormente pelo trabalhador, perante o sindicato. Nessa busca pelo que se poderia chamar de reembolso do imposto descontado, os dirigentes sindicais teriam a chance de demonstrar o que é feito com o recurso, levando o contribuinte a repensar sua decisão, explicou Valentim.

Único representante de sindicatos patronais que compareceu à audiência, Luigi Nese, da Confederação Nacional de Serviços (CNS), lembrou que a contribuição sindical não deixou de existir, apenas se tornou facultativa, e isso tem gerado muita insegurança jurídica. A escolha representou uma queda brutal na arrecadação e manutenção dos sindicatos dos trabalhadores.

Em sua visão, os associados aos sindicatos não devem deixar de recolhê-la, e os não sindicalizados, mais cedo ou mais tarde, vão acabar sendo obrigados a voltar a pagar, pois a contribuição é um tributo, e não compete aos cidadãos decidir se pagam ou não um imposto.

“A decisão da inconstitucionalidade desse artigo da lei vai vingar, não tem como não levar ao STF [Supremo Tribunal Federal]”, disse.

#### Direito e greve

A vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto defendeu o direito de greve e pediu que o Estatuto do Trabalho aprimore a legislação. Na opinião dela, é a greve que permite negociar por melhores condições de vida e trabalho, viabiliza o pensamento coletivo, recoloca a negociação interdita pelos negociadores em pauta e é a expressão legítima da resistência.

Segundo a juíza, a lei que rege a greve do setor privado traz um elenco excessivo do que se considera atividade essencial e precisa ser revista, assim como uma lei de greve do serviço público deve ser editada, já que é inadequado usar a normatização do setor privado como parâmetro para tratar das questões do funcionalismo.

“Greve sem incômodo, sem prejuízo, silenciosa, sem visibilidade, sem palavras de ordem, simplesmente não é greve”, disse.

#### Condutas antissindiais

Estabelecer no Estatuto a punição para práticas antissindiais também foi mencionado na audiência pela representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Cesit/Unicamp), Elaine Coelho. Para ela, a regulamentação, rol de condutas antissindiais, com penalidades para quem as praticar. Trabalhadores estão sendo demitidos pelo simples fato de quererem se associar a um sindicato, o que fere o direito de associação.

Rediscutir o papel da Justiça do Trabalho, que impõe pesadas multas para categorias em greve, e das superintendências do Ministério do Trabalho, as antigas delegacias, que perderam força negocial, também foi mencionado na audiência.

O representante da Força Sindical, Sérgio Leite, mencionou ainda a necessidade de estimular a renovação das direções sindicais e a necessidade de mudanças na duração dos mandatos dos sindicalistas. Em alguns, ele chega a durar 10 anos e isso não é bom. “É preciso recomendar mandatos sindicais razoáveis”, opinou.

(EBC)

Até quando...



por Oswaldo Augusto de Barros

Vivemos uma guerra civil urbana e minimizamos dizendo que o país precisa de mais educação.

Vivemos um ataque desmensurado contra policiais no cumprimento de seus deveres e aceitamos dizendo que o tráfico é assim mesmo, não perdoa, mata!

Vivemos uma intolerância aos excluídos e passamos longe, evitando mergulhar nas questões que geram esse abismo, tentando nos manter distantes de seus problemas.

Vivemos no país que adoramos e nos trancafiamos como que nossas famílias é quem têm que ficar reclusas no refúgio dos nossos lares.

Até quando teremos que assistir aos desmandos que nos rodeiam, calados e passivos?

Até quando sobreviveremos aos noticiários que num dia mostram a forma troglodita que foram tratados os professores, na Câmara Municipal de São Paulo, que vêm seus direitos alterados por vereadores, em defesa do Executivo Municipal da maior cidade do país que, a exemplo da administração Federal, retira dos mais humildes para dar sustentabilidade a uma administração pública falida. Não eram bandidos não, eram apenas professores que buscavam lutar contra o arrocho em sua Previdência Social.

Até quando devemos aceitar que Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes sejam executados próximo à Prefeitura da Cidade Maravilhosa, no Rio de Janeiro, em um carro não oficial, e nada se concluiu até agora?

Até quando teremos medo de dizer: Basta de tanta leniência! Educadores, líderes comunitários e policiais estão sendo dizimados por lutarem em favor de seus ideais.

Até quando vamos esquecer que tudo isso é apenas a reprise de nosso dia anterior.

*\* Oswaldo Augusto de Barros é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura - CNTEEC, entidade filiada à Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST.*

(CNTEEC)

**BH sedia seminário sobre direitos da mulher e violência doméstica**



O “Viver Mulher” é um ciclo de palestras que terá duração de três dias e contará com a participação de expoentes e autoridades nacionais do universo feminino que se destacam na luta pela equidade de gênero.

Durante os dias 21 e 23 de março, a cidade de Belo Horizonte (MG) recebe o 12º Seminário Nacional Viver Mulher, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH (saiba mais). Com o tema “Respeito, Dignidade e Igualdade – Diga Não à Violência”, o evento fará uma homenagem à vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL-RJ), brutalmente assassinada no último dia 14/03, e contará com cerca de 400 mulheres participantes, além da presença várias palestrantes que se destacam por suas ações de empoderamento feminino e na luta por equidade de gênero no Brasil.

A cerimônia de abertura do seminário terá início quarta-feira (21), às 19h, com um ato liderado pela organizadora do evento, Maria dos Anjos Hellmeister, presidente do Conselho Estadual da Condição

Feminina de São Paulo e diretora da CONTRATUH, lembrando a luta de Marielle Franco pelos direitos das mulheres.

Na quinta-feira (22), o evento se inicia às 9h, com a palestra da deputada estadual, Maria Lúcia Amary (PSDB), que irá falar sobre a inserção da mulher na política brasileira, sendo uma das primeiras mulheres a presidir um partido no País. Em seguida, às 10h45, a Dra. Marisa Ferreira da Silva Lima vai explicar mais sobre a saúde da mulher no ambiente de trabalho e a reforma trabalhista.

Após intervalo, o ciclo de palestras retorna às 14h30, com explicações sobre políticas públicas para as mulheres, com a deputada federal por Minas Gerais Dâmina Pereira (PSL), coordenadora da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados e representante do Brasil em discussões mundiais sobre o empoderamento feminino e o seu espaço em órgãos públicos.

Em seguida, às 15h45, a médica Maria de Fátima Duarte, ginecologista do Hospital Pérola Byington, centro de referência da saúde da mulher no Brasil, vai relatar a difícil realidade que enfrenta no dia a dia do hospital, recebendo constantes casos de violência doméstica, além de falar sobre a saúde da mulher e mobilidade reduzida. Encerrando o VIVER Mulher, na sexta-feira (23), às 9h, a superintendente de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (**Sedpac**), Isabel Cristina de Lima Lisboa, falará sobre o trabalho realizado pelo órgão no enfrentamento à violência contra a mulher em Minas Gerais.

## VIVER MULHER

A CONTRATUH lançou a Viver Mulher em 2007, a partir da necessidade de melhor informar e qualificar a mulher inserida no grupo Turismo e Hospitalidade. Desde então, foram realizadas edições nacionais e regionais da campanha, o que a tornou referência no movimento sindical brasileiro pela formação de milhares de mulheres do segmento. Este ano, Belo Horizonte foi a capital escolhida para sediar o evento.

## Serviço:

12º Seminário Nacional Viver Mulher

Local: Hotel Belo Horizonte Othon Palace – Av. Afonso Pena, 1050 – Centro

Data: 21, 22 e 23 de março de 2018

*(Portal Átila Lemos)*

## Segurança hídrica depende de investimentos maciços, aponta Fórum



Investimentos maciços em infraestrutura, da ordem de U\$ 650 bilhões por ano até 2030, deverão ser viabilizados pelo poder

público em todo o mundo para que sejam atingidos os objetivos estabelecidos pela ONU relacionados à segurança hídrica.

A projeção foi feita nesta segunda-feira (19) pelo presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, na abertura oficial do 8º Fórum Mundial da Água, que se estenderá em Brasília até a próxima sexta-feira (23).

Braga alerta que tal montante somente será atingido caso os governos desenvolvam políticas regulatórias que estimulem estes investimentos. Para o Conselho, os governantes ainda não tem uma compreensão total de como dimensionar a segurança hídrica no plano estratégico de suas respectivas nações.

— A experiência dos últimos 22 anos, desde o 1º Fórum, indica claramente que a segurança de cada país, no que concerne a seus modelos de desenvolvimento econômico, passa e passará cada vez mais pelo acesso regular de suas populações à água. Por isso cada governo precisa necessariamente envolver diversos atores sociais e agentes econômicos. Especialmente nas áreas de energia, produção de alimentos e saneamento básico — alertou.

## Meta 6

Diversos chefes de Estado dos cinco continentes participaram da cerimônia de abertura. O primeiro-ministro do principado de Mônaco, Serge Telle, disse concordar com o enfoque do Conselho para que a ONU tenha um papel ativo de coordenação visando atingir a meta 6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta meta trata dos esforços internacionais relacionados à segurança hídrica. Entre outros pontos, a Meta 6 defende implementar a gestão integrada dos recursos hídricos inclusive por meio da cooperação transfronteiriça. Também busca ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação às nações em desenvolvimento, especialmente em parceria com as comunidades locais.

Em sua fala, o presidente Michel Temer disse considerar a segurança hídrica um tema "urgente a nível mundial", pois cerca de 2 bilhões de pessoas hoje sobrevivem sem acesso seguro à água em suas casas. Além disso, outros 2 bilhões de pessoas sobrevivem sem saneamento básico, e mais centenas de milhões são obrigadas a caminhar todos os dias por pelo menos 30 minutos para que consigam água. Também participou da cerimônia de abertura o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que considerou que o Fórum já é "um grande sucesso de público e cidadania", pois mais de 25 mil pessoas estiveram na Vila Cidadã durante o final de semana.

— Entre elas, milhares de crianças e adolescentes. Este será um dos grandes legados do Fórum para nossa cidade, o aumento da conscientização, e projetando-se para o futuro no que se refere a estes milhares de jovens — disse.

*(Agência Senado)*